

## SEU DINHEIRO

# Economia já mostra sinais de descontrole

CELSO MING  
Agência Estado

O salto da inflação de dezembro para a altura dos 55 por cento, bem acima das mais pessimistas previsões, mostra que a situação da economia deteriorou-se rapidamente.

Diante disso, convém perguntar como: Para onde está indo a inflação? Há ou não risco de hiperinflação? Quais as consequências imediatas desse descontrole?

É verdade que essa disparada das remarcações de preços tem mais a ver com o chamado "efeito Lula" do que propriamente com um colapso das finanças públicas — ainda que haja evidências de que isso também esteja ocorrendo. Foi o medo de uma possível vitória do candidato das esquerdas, no segundo turno, que levou o mercado a prevenir-se contra a hipótese de descontrole e, assim, a usar mais aceleradamente as maquininhas remarcaadoras de preços.

Em princípio, podia-se esperar que a eleição do novo Presidente da República fosse suficiente para reverter as expectativas, desacelerar a inflação ou, pelo menos, reduzir o ímpeto da chamada remarcação preventiva. Mas isso não está acontecendo.

O novo Presidente tem razão quando afirma que a principal causa do estouro inflacionário é a ineficiência do Estado, seu gigantismo e a falta de agilidade administrativa que daí decorre. Mas hoje não basta anunciar a disposição de enxugar o Estado para tranquilizar o mercado. O simples transbordamento da in-

flação para a altura dos 55 por cento ao mês já desencadeia, por si só, novos movimentos defensivos que tendem a empurrar a inflação ainda mais para cima. E a esse vão juntando-se outros medos: o de que o atual governo Sarney já tenha entregue os pontos; o de que sobrevenha a hiperinflação; e o de que um novo choque econômico inclua congelamento de preços.

## E A HIPER?

Daí porque, se nada de decisivo inverter o rumo dos fatos, sobram razões para esperar que a inflação dos próximos dois meses salte para além da casa do 60 por cento. O ministro Mailson da Nóbrega chama a atenção para o fato de que os números de hoje ainda não apontam para a hiperinflação. E, realmente, hiperinflação é bem mais do que puramente um número. É acima de tudo, um processo de rápida desintegração da economia e de rejeição da própria moeda. E, decididamente, não é o que está acontecendo.

O Banco Central, por exemplo, está conseguindo colocar todos os títulos públicos que lança em leilão. Diante de qualquer ameaça de debandada para o dólar, para o ouro ou para outros ativos reais, a simples elevação das taxas de juros tem sido suficiente para manter os aplicadores pernoitados no **overnight**. Isso parece estar sendo suficiente para indicar que a hiperinflação não é iminente, embora seu risco não esteja inteiramente afastado.

Se o novo Presidente da República se dispusesse a apontar o nome do novo ministro da Economia e se este ganhasse a confi-

ança imediata do mercado, seria possível esperar, também, uma desaceleração pronta da inflação.

No entanto, não se vê essa disposição na equipe do novo Presidente. Ao contrário, parece prevalecer a opinião de que, sob o ponto de vista da nova administração, seria mais conveniente que o máximo de inflação fosse descarregada no período anterior à posse para que o novo Governo pudesse começar abril de caderno novo.

## ATRASO CAMBIAL

Também seria de interesse da nova administração que o atual Governo se encarregasse de alguns ajustes da elevada carga inflacionária. Um deles seria o do acerto cambial.

Não há dúvidas de que a taxa oficial de câmbio está hoje atrasada uns 30 por cento. Uma desvalorização cambial, no entanto, aumentaria inevitavelmente os preços dos produtos importados, a começar pelos dos combustíveis. E também aumentaria em cruzados novos o passivo em dólares das empresas estatais. Assim, se as tarifas e preços do setor público já estão desatualizados, mais desatualizados estariam a partir de um ajuste cambial. Daí por que um forte aumento desses preços ficaria inevitável e isso, por si só, seria um fator adicional de aceleração da inflação.

Como tudo isso depende dos acordos que vierem a ser feitos entre o governo que entra e o que sai, e como o processo apenas começou, não dá ainda para prever o que realmente vai acontecer nos próximos dois meses.